

Processos de subjetivação de mulheres negras em situação de rua: perspectivas interseccionais e antirracistas

Resumo:

A situação de rua é um fenômeno crescente no Brasil, principalmente nos últimos anos. O contingente de mulheres nas ruas ainda é invisibilizado pelo poder público e pelas produções científicas. Em contextos de acirramento político e flexibilização de direitos sociais, o olhar para as mulheres e as interseccionalidades que as atravessam são urgentes e fundamentais para a desconstrução do contexto universalizante da categoria mulher que incide em diversas opressões sobre aquelas que estão alijadas de espaços hegemônicos na sociedade. Nesse sentido, o presente trabalho tem o objetivo de provocar o debate diante deste lugar de invisibilidade das mulheres negras em situação de rua e refletir sobre os modos de subjetivação por meio de uma ótica gendrada, racializada e antirracista. Para tanto, serão utilizados relatos de pesquisa da atuação em campo com mulheres negras em situação de rua em Brasília/DF, durante o ano de 2019. O acompanhamento a essas mulheres propiciou um aprofundamento de como elas se subjetivam no papel de ser mulher e nas relações amorosas, atrelado aos componentes de gênero e raça estruturantes na sociedade. A possibilidade de entrar em contato com as suas dores, trazer para o coletivo e nomear os sentimentos são caminhos possíveis para ressignificação e (re)existência.

Palavras-chave: mulheres negras; situação de rua, modos de subjetivação, dispositivos.

Abstract:

Homelessness is a growing phenomenon in Brazil, especially in recent years. The contingent of homeless women is still invisible by public authorities and scientific productions. In contexts of political intensification and flexibility of social rights, the look at women and the intersectionalities that cross them are urgent and fundamental for the deconstruction of the universalizing context of the woman category that focuses on various oppressions about those who are alienated from hegemonic spaces in society. The present work aims to provoke the debate in front of this place of invisibility of homeless black women and to reflect on the modes of subjectivation through a gendered, racialized and anti-racist perspective. To this end, research reports will be used on the field work with homeless black women in Brasilia / DF/Brazil, during the year 2019. The accompaniment to these women provided a deepening of how they are subjected to the role of being a woman and love relationships, linked to the structuring components of gender and race in society. The possibility of getting in touch with their pain, bringing it to the collective and naming the feelings are possible ways for resignification and (re) existence.

Keywords: black women; homeless, modes of subjectivation, devices.

Introdução

A experiência de viver nas ruas tem sido uma realidade cada vez mais frequente da população brasileira. São inúmeras as situações que levam as pessoas a fazer das ruas o seu local de moradia e permanência. De acordo com estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o país, em 2016, contou com uma estimativa de 101.854 pessoas em situação de rua que se encontram principalmente nos grandes centros urbanos (NATALINO, 2016). Segundo a cartilha *“População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?”* (SAGI, 2019), no mês de março de 2019 totalizaram 119.636 famílias em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (instrumento nacional que identifica as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo per capita).

A cartilha também aponta que o único Censo Nacional da população em situação de rua, realizado em 2007 e 2008, revela que do total das pessoas que vivem nas ruas, 67% corresponde ao número de pretos e pardos e apenas 18% são mulheres. Esse contingente demonstra uma diferenciação significativa entre homens e mulheres nas ruas, o que pode conferir certa invisibilidade das mulheres, sobretudo nas estatísticas nacionais, internacionais e nos estudos científicos.

No tocante às mulheres em situação de rua, algumas singularidades ressaltam e exigem um olhar minucioso, que, muitas vezes é ocultado pelo disfarce da tolerância social que mascara o olhar “cordial” diante da existência desses corpos femininos, predominantemente negros, presentes nas ruas. O imaginário social, imerso na lógica colonialista e patriarcal, pressupõe que naqueles corpos não há sujeitos, invalidando a existência dessas mulheres ou colocando-as em patamares de subalternidade.

Pensar a discriminação sobre elas é buscar entender algo que se projeta não de modo individual, mas sim coletivo, sobretudo considerando a tônica social e política vivenciada na contemporaneidade. Parte-se, então, do pressuposto de tornar manifesto os tentáculos latentes do racismo e do sexismo herdados do processo colonial e escravocrata que a população brasileira vivenciou e ainda vivencia. Baptista (1988), afirma que as representações ideológicas, construídas nas estruturas psíquicas, estão imbuídas de estereótipos que conjugam o contexto histórico e as condições socioeconômicas, ganhando força para se expressar na coletividade.

Com vistas a problematizar o lugar atribuído pela sociedade às mulheres negras em situação de rua, o presente texto apresentará parte da pesquisa de doutorado em Psicologia Clínica e Cultura na Universidade de Brasília, com o destaque para a etapa de trabalho de

campo inicial referente a observação, aproximação e formação de vínculos com as mulheres em situação de rua de Brasília, ao longo do ano de 2019.

Esses lugares imbuídos de subalternidade, aos quais as mulheres negras foram submetidas historicamente, necessitam ser questionados a fim de subverter esse *lócus* imposto pelas elites do capitalismo vigente, chancelado pelos pilares da estrutura racista colonial. Nesse sentido, o presente trabalho tem o objetivo de provocar o debate diante deste lugar de invisibilidade das mulheres negras em situação de rua e refletir sobre os modos de subjetivação por meio de uma ótica gendrada, racializada e antirracista.

Os impactos do período colonial e escravocrata para as mulheres negras

Os olhares da sociedade para a população em situação de rua, que ora a invisibiliza e ora se incomoda bruscamente por sua existência, estão ancorados nas premissas de atitudes discriminatórias que atravessam a subjetividade do povo negro. O processo histórico do Brasil — marcado pela escravidão e pela colonização — resultou aos negros e às negras a destinação de espaços marginalizados como alternativa de sobrevivência e reconstrução de vida no período pós-abolição. Com isso, de maneira residual, ficou endereçada à população negra a ocupação de lugares onde as fissuras sociais se fizeram presentes, tais como o subemprego, o trabalho doméstico, os presídios, os domicílios irregulares nas favelas, nos cortiços e o uso das ruas para moradia e sobrevivência.

Desta maneira, pode-se afirmar que a situação de rua se consolida, como um marco, no dia 14 de maio de 1888, imediatamente após a abolição oficial da escravatura, na qual seu surgimento torna-se fruto da ausência de políticas públicas e políticas reparatórias para a população negra ex-escrava. Pelo contrário, os negros foram ignorados após findado o período escravagista. O que houve foi uma soma de esforços por parte do poder público vigente para a importação de mão de obra europeia, chancelada como força trabalhadora competente, que incluía a oferta de assistência integral e benefícios sociais para acomodação e permanência desse grupo migratório no Brasil.

A reserva de vagas no mercado de trabalho para os imigrantes europeus se deu de forma tão expressiva no final do século XIX e início do século XX, que utilizou como pretexto o investimento na modernização e na industrialização do país. Como incremento, a elite brasileira colonial, resguardada pelas teorias da ciência moderna, inaugurou o racismo científico (SANTOS, SCHUCMAN e MARTINS, 2012), por meio de práticas eugenistas,

taxonomias rebuscadas e classificações da população preta e parda como raças inferiores; justificando, assim, a inaptidão dos ex-escravos para o desenvolvimento da nação brasileira.

Face ao contexto exposto, a construção imagética do negro na sociedade foi consideravelmente deturpada ao longo da colonização e, como mostra Fanon (1979), isto reverbera nos sujeitos que carregam suas subjetividades de forma aprisionada. Segundo o pensador martinicano, a relação de poder que se estabelece entre colonizados e colonos acarreta em severas consequências psíquicas, na medida em que o colonizador expressa, em sua máxima potência, a desumanização daquele que é oprimido por ele e, por outro lado, o colonizado interioriza a aniquilação do seu corpo e da sua condição de sujeito.

Essa naturalização da ideia de inferioridade ganha contornos expressivos em relação às mulheres, pois há uma construção simbólica de dominação dos corpos considerados “inferiores” como uma construção de menos valia e/ou de posse. E, especificamente no que se refere às mulheres negras, são diversos os marcadores que as atravessam: desde serem ressaltadas como referência de luta e símbolos de resiliência, mas, de outro modo, enfrentam severas barreiras de negação da sua humanidade. As mulheres negras, muitas vezes, são colocadas em um grau de desvalorização, sujeição, objetificação e hipersexualização de seus corpos, onde a violência se aninha através do vitral da naturalidade e permissividade de violar o corpo negro feminino.

Os resquícios cunhados pelo período escravagista configuraram um cenário de violência endereçado às mulheres negras, cuja corporeidade negra foi destituída de valores e subjetividades. A mulher é colocada numa posição rechaçada pelos olhares dominantes, que nos remete novamente a Fanon (1979), quando ele denomina como *damné*, aquele cuja subjetividade fora tomada e a sua essência enquanto ser é negada ou subtraída no olhar do Outro que o marca, o diferencia. Na mesma direção, Gonzalez (1988), remetendo aos dizeres de Lacan, realiza uma comparação do conceito de infante ao que é forjado ao corpo negro:

aquele que não é sujeito do seu próprio discurso, a medida em que é falado pelos outros. O conceito de infante se constitui a partir de uma análise da formação psíquica da criança que, ao ser falado pelos adultos na terceira pessoa, é, conseqüentemente, excluída, ignorada, colocada como ausente, apesar da sua presença; reproduz então esse discurso e fala em si em terceira pessoa (até o momento em que aprende a trocar os pronomes pessoais). Da mesma forma, nós mulheres e não-brancas, fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impormos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história. (GONZALEZ, 1988, p. 14).

Essa racialidade conferida à população negra, produzida na era colonial, nunca deixou de existir. Pode-se afirmar que ganhou novas roupagens, a partir dos processos de articulação entre pessoas, grupos e situações de agravos de vulnerabilidade como as pessoas em situação de rua, por exemplo. A mulher ao vivenciar a rua encontra-se em vulnerabilidade ainda maior, não somente pelos fatores estruturantes da sociedade pelos quais ela é interpelada, como o racismo e o sexismo, mas, também, pela condição social. Davis (2013), afirma que ser mulher, negra e ter uma condição econômica diferente das demais mulheres da classe média não anula a natureza feminina dessa mulher. Os efeitos perversos do racismo e do machismo atuam na aniquilação da mulher negra de forma cruel, levando-a para um lugar de não humanidade, coisificação. Todavia este lugar atribuído pelo Outro a coloca na zona do não-ser, como mostra Carneiro:

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia. O Não-ser, assim construído, afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: autocontrole, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala”. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

A mulher negra vive como uma constante inquilina da zona do Não-ser, sobretudo pelo rechaçamento enquanto sujeito e pela negação do seu lugar de enunciação. Essa imposição se dá pelo simples fato de ser mulher, pois como Simone de Beauvoir (2009) explica, a definição do ser mulher se dá não por si própria, mas sim pelo homem; isto é, a mulher é definida pelo Outro.

Há também um fator agravante nesta imposição que Kilomba (2010) apresenta para além da perspectiva de Beauvoir. A autora mostra a interdição da fala da mulher negra pela máscara escravocrata que foi imposta a ela (a máscara da escrava Anastácia), na qual representa simbolicamente o sadismo colonial pelo qual as mulheres de cor foram brutalmente submetidas. Ribeiro (2017) faz uma comparação entre as duas pensadoras: “Se para Simone de Beauvoir a mulher é o *Outro* por não ter reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba a mulher negra é o Outro do Outro, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade” (p. 38). Nesse sentido, é possível inferir que as mulheres negras em situação de rua ocupam o lugar invisibilizado do “Outro do Outro”.

Diante desse não lugar ao qual a mulher em situação de rua é colocada, busca-se como desafio questionar este lócus de silenciamento e ausência de fala. Ou seja, é buscar, de forma intrínseca, ressignificar as diversas “prisões” que o externo impõe, sobretudo pelo modelo capitalista patriarcal eurocentrado. O desafio posto então, conforma-se através da busca para entoar a voz do sujeito, e como aponta Fanon (2008), é a saída da clausura para a abertura do mundo. Desta forma, como nos inspira hooks (2019) e Fanon (2008), para essa abertura e saída da clausura, é necessário rever processos internos (de grupos dominantes e dominados) que perpetuam os sistemas de poder e de colonialidade. Primeiramente é necessário visitar lugares obscuros do ego, com vistas a descortinar e reencontrar o opressor dentro de cada um, para assim poder reerguer-se ao enfrentamento do externo.

Dentre os recônditos a serem examinados, indaga-se sobre a dimensão do afeto de mulheres negras que carregam em sua ancestralidade um passado repleto de memórias que transitam pela ambiguidade da realeza africana e a servidão da diáspora, perpassando pelas marcas de abnegação do desejo de si e de outrem, incluindo a subjugação interna e externa. Embora o foco aqui esteja voltado para as mulheres, não se pode deixar de enfatizar que a afetividade dos homens negros também foi brutalmente atingida, pois tiveram seus corpos transformados em objetos para reprodução, sexualidade forjada e força viril. Todos esses processos de destruição imagética em torno da negritude surtiram efeitos extremamente nocivos na subjetividade de mulheres negras e homens negros.

Processos de subjetivação nas ruas

Ao pensar na construção do afeto das mulheres, torna-se necessário remeter ao processo histórico vivido para olhar para o presente e o futuro, sobretudo para compreender os processos de subjetivação subjacentes. Segundo Zanello (2018), na cultura ocidental as mulheres se subjetivam por meio do dispositivo amoroso e do dispositivo materno. No dispositivo amoroso, as mulheres passam pelo processo de subjetivação através do olhar de um homem esperando que ele a atribua um certo valor. Ser escolhida por um homem é o que a autora vai apontar como o espaço a ser ocupado na “prateleira do amor”, que, na maioria das vezes, essa escolha é permeada pelo olhar avaliativo e pelo ideal de branqueamento dentro de um padrão estético eurocentrado.

As mulheres negras, historicamente, passaram por um processo de negação desse amor romântico, no qual foram apartadas de seus companheiros desde o período escravocrata

e tiveram que forçosamente servir aos senhores coloniais, sendo vítimas de abusos sexuais, físicos e morais. Conseqüentemente, o afeto (não) recebido por essas mulheres negras as colocaram em um *lócus* de invisibilidade e/ou negação no imaginário social do que venha a ser algo digno de endereçamento do amor. O que resultou, após o período da abolição, em escassas possibilidades de emprego para elas, uma vez que a mulher se “via obrigada a trabalhar como mucama, ama de leite, dama de companhia, ou então, prostituindo-se, aproveitando-se de sua disseminada fama de boa de cama”. (CARNEIRO, 2018, p.159).

Para exemplificar as construções teóricas de como opera a lógica dos modos de subjetivação por meio dos dispositivos, serão utilizados ao longo do texto, registros de observação no trabalho de campo (detalhado a seguir), a fim de elucidar momentos marcantes oriundos de vivências com mulheres negras em situação de rua no Distrito Federal.

Ressalta-se que, conforme apresentado, o relato dessa atuação em campo decorre da realização da pesquisa¹ de doutorado (em andamento), cuja temática versa sobre a subjetividade de mulheres negras em situação de rua. O período observado no trabalho de campo ocorreu de abril a dezembro de 2019, na área central de Brasília. Os relatos a seguir se referem estritamente ao período de aproximação e observação participante da pesquisa. Todos os dados das mulheres foram preservados, assegurando o sigilo e o rigor ético da pesquisa. Para tanto, serão utilizadas anotações de diário de campo que compõem o método de pesquisa-ação, valendo-se da técnica de observação participante.

A pesquisa-ação consiste em um estudo de base social e empírica que “é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLENT, 1986, p. 14). Busca-se, na pesquisa-ação, atuação e transformação da realidade, interação com os participantes e produção de conhecimentos.

A escolha do método ocorreu a partir da reflexão sobre a primeira parte do campo desenhado na pesquisa, no intuito de aproximar das mulheres em situação de rua, com vistas a conquistar a confiança delas, estabelecer diálogos e participar de atividades locais. Primeiramente, a aproximação inicial se deu por intermédio da interlocutora Juma Santos², liderança reconhecida por grande parte das pessoas em situação de rua da região central de Brasília (e outras localidades na região). Ela morou nas ruas de Brasília por quase vinte anos e

¹ O projeto desta pesquisa intitulado “Mapa Corporal e História de Vida de Pessoas em Situação de Rua: caminhos rumo à autonomia” foi aprovado pelo Comitê de Ética. Data de aprovação: 01/11/2018.

² Faço menção e agradecimento especial a ela, sem a qual não seria possível a entrada no campo de forma aberta e receptiva pelas mulheres e homens presentes nos espaços.

hoje é referência na área de redução de danos. Juma é coordenadora da organização social *Tulipas do Cerrado* e atua junto à população em situação de rua e às profissionais do sexo.

A partir da interlocutora, foi possível estabelecer vínculos com as mulheres em situação de rua, principalmente nas regiões centrais de Brasília (Setor Comercial Sul, rodoviária do plano piloto, rodoviária do entorno do DF e Centro Pop³ – Unidade Asa Sul). A participação no campo se deu semanalmente, (duas a três vezes por semana) incluindo atividades de observação, oferta de acolhida psicológica às mulheres; além da participação nas oficinas quinzenais do Projeto Semeando Saúde e na sessão mensal no Cinema Tijolaço, ambos coordenados pela Juma. Aos poucos os vínculos foram se formando, principalmente por meio da escuta e acolhida às mulheres, em especial às mulheres negras por quem meu olhar estava mais direcionado⁴.

Para Sampieri, Collado e Lúcio (2013) a pesquisa-ação possui caráter constantemente interativo entre participantes e pesquisadores implicados, combinado a uma ação planejada de cunho social, educativo ou técnico. A pesquisa-ação converge elementos micro e macrosociais observados e está voltada para olhar determinada realidade vivenciada a fim de pensar diretrizes de ação transformadora, tendo como principal destaque a voz e a vez dos participantes. Além disso, o método propicia um engajamento sócio-político e cíclico no campo, com vistas a prever planejamento, atuação, investigação e reciprocidade na participação (TRIPP, 2005).

A minha atuação no campo como pesquisadora esteve atravessada por diversos fatores interseccionais, não só nos fatores extrínsecos como intrínsecos também. O fato de eu ser uma mulher negra pesquisadora dialogando com participantes, em sua maioria negras e negros, suscitou diversas reflexões tais como: experimentação de determinadas facilidades por perceber certa identificação e projeção das mulheres negras, por exemplo: o estabelecimento dos primeiros vínculos por meio de conversas sobre o interesse pelo cabelo crespo, o enaltecimento da beleza negra, memórias em relação a pessoas e/ou estéticas negras, etc. Foi possível perceber que quando eu mudava a aparência do cabelo utilizando ora tranças, ora *black power* sempre incitava nelas comentários, dúvidas e conversas que se prolongavam em torno do assunto.

³ Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, equipamento público-estatal da Política de Assistência Social.

⁴ O trabalho de campo também contou a presença da psicóloga e pesquisadora de pós-doutorado Iara Flor Richwin que foi grande parceira. Sua pesquisa está voltada para mulheres em situação de rua, saúde mental e uso de crack.

Por outro lado, em determinados momentos, embora raros, mas houve a ocorrência de assédio por parte de alguns homens ressaltando a “beleza negra” como atributo estereotipado, mas, de modo geral o respeito por parte dos homens também foi construído ao longo do tempo. Em outros momentos, sensações de insegurança vinham à tona, ao entrar por exemplo em instituições públicas de atendimento a esta população, já que, antes de me tornar conhecida pelos funcionários, era possível perceber um olhar de desconfiança por parte da equipe de vigilantes das instituições (Centro Pop, CAPS AD, etc). Aos poucos, a chegada a esses locais passou de uma tensão silenciosa, a priori, (uma vez que as expressões de desconfiança apareciam mais nos olhares e menos nas palavras) até alcançar um lugar de compreensão e reconhecimento da minha atuação como profissional, como psicóloga.

Diante dessas percepções, foi possível observar/atuar no campo e concomitantemente realizar uma auto-observação sobre quais as relações, sentimentos e ações que permeavam o território. Em outras palavras, um corpo estranho no campo nunca está em uma zona de neutralidade, um corpo negro feminino jamais passará despercebido, contudo, coube a mim tentar perceber e refletir, no âmbito da pesquisa, quais foram as entradas e entaves que me foram atravessados.

Ao ofertar a acolhida e a escuta psicológica às mulheres em situação de rua, tornou-se imprescindível fazê-las de maneira interseccional, isto é, considerando a escuta sensível para diversos elementos que as constitui como raça, gênero, classe, orientação sexual, identidade de gênero, crenças e valores pessoais. Todos esses fatores incidem na compreensão do sofrimento psíquico e do que afeta a saúde mental delas. A operacionalidade das demarcações opressoras de raça, gênero, classe, entre outras, se alimentam mutuamente restringindo as demarcações de êxito das mulheres negras. (CRENSHAW, 2004).

Verifica-se, ainda, que na atuação do campo, algumas problematizações em relação às questões de gênero foram realizadas, calcadas na dimensão para além do binarismo centrado no sexo biológico e sim pelas construções sociais, culturais e subjetivas nas quais o corpo se inscreve e atua enquanto sujeito. Nessa direção, mulheres atendidas no espaço das ruas foram mulheres cis e trans, uma vez que se compreendem como mulher. Embora a própria cultura, sobretudo ocidental, já impõe um enquadramento do que venha a ser homem ou mulher, sabe-se que gênero é uma categoria relacional e não estática.

Outro fator relevante que requer atenção na realização da escuta psicológica a essas mulheres é a questão da linguagem como ponto fundamental de diálogo e compreensão, pois o entendimento da linguagem como mediadora da lógica simbólica que revela a arbitrariedade dos signos (ZANELLO, 2018). Conforme aponta a autora, para acessar o

sintoma é necessário “qualificar tanto a experiência biográfica do sujeito (e como ele entende/interpreta seu sofrimento), a partir de uma escuta qualificada de sua fala, quanto os sentidos sociais, culturalmente partilhados pela comunidade da qual faz parte. ” (ZANELLO, 2018, p.25).

As categorias de gênero, raça e classe precisam ser ampliadas para que a mulher negra em situação de rua possa de fato ser vista. Nomear este lugar é um passo fundamental para ultrapassar as barreiras da invisibilidade imposta. Os sintomas precisam ser acolhidos de modo gendrado e racializado. O dispositivo amoroso desvela lugares de ambiguidade que essas mulheres carregam consigo, pois, ao mesmo tempo se revelam no enlace amoroso com os homens héteros, como uma possibilidade de relação afetiva-sexual, mas por outro lado ocupam o lugar central onde este mesmo homem elege como zona livre para manifestação de suas diversas violências.

Em conversas com algumas mulheres, elas afirmam que “moradora de rua”⁵ sofre por estar sozinha e corre o risco de apanhar de homens e de mulheres que vivem nas ruas seja por motivos de ciúmes, drogas ou rivalidades femininas. Também há a eminência de violências institucionais (cometidas por policiais, seguranças, vigilantes, etc.). No entanto, quando estão comprometidas com homens, correm o risco direto de sofrer violência dos seus próprios companheiros, ficando, então, subjugadas a escolher entre apanhar de um e somente dele ou quando solteiras, estarem sujeitas a apanhar de vários outros e outras na rua.

De modo geral, a naturalização da violência nas ruas institui os corpos matáveis ou dignos de serem violentados. Muitas vezes a violência cometida pelos homens em situação de rua está pautada nas expressões de masculinidades adoecidas, no intuito de demonstrar uma certa “demarcação de território” e manifestação de poder sobre a mulher. Em controvérsia, as mulheres, ao cometerem violências nas ruas contra os homens passam, muitas vezes, por questões de autodefesa e/ou de resposta em relação a ameaça sofrida, ciúmes, dívidas ou acerto de contas.

Não se deveria nunca esquecer ou desqualificar que a violência doméstica ou por parceiro íntimo, machuca não apenas o corpo, mas também a fala da mulher que a sofre. Suas marcas podem persistir por anos a fio, às vezes até durante a vida toda. Ler esses sinais como apenas sintomas psiquiátricos e medicá-los é silenciar a nomeação desse sofrimento que insiste em falar através de várias linguagens. Criar alternativas de acolhimento, escuta e intervenção, não é apenas um desafio terapêutico, mas um dever ético para os profissionais de saúde em geral, e mais ainda para os da área da saúde mental. (ZANELLO, 2019 p. 148)

⁵ Termo comumente utilizado por pessoas em situação de rua, para se auto referirem.

Ainda no esteio do dispositivo amoroso, percebe-se na atuação em campo, assim como nas discussões teóricas, que nas narrativas das mulheres negras é recorrente as falas sobre o sentimento de solidão, ainda que estejam junto a parceiros/as. Algumas nomeiam este sentimento como algo bem dolorido e remetem às memórias de quando viviam com suas famílias, filhos, pais/ mães e avós. Outras mulheres desabafam de como se sentem cansadas e solitárias para ter que “se virar” em todos os aspectos da vida, desde a higiene pessoal, alimentação, lugar para dormir, segurança para passar a noite, manguear⁶ e outros meios de sobrevivência.

Vivenciar a solidão não é uma prerrogativa exclusiva das mulheres negras, as mulheres brancas, por exemplo, também compartilham constantemente desse sentimento. Ao passo que, em determinadas circunstâncias os marcadores sociais (de gênero, raça, etc.), quando somados demonstram na “prateleira do amor” (ZANELLO, 2018), sustentada pelo imaginário do padrão de beleza ocidental, que as mulheres negras ocupam os últimos lugares ou estão escondidas ou estão “no estoque”.

No que diz respeito ao binômio gênero e raça, a afetividade de mulheres negras recebe um encobrimento em relação ao sentir e o falar. Observa-se, no campo de pesquisa, que ao mesmo tempo que elas falam da sua solidão, paira um desconforto nas falas ou longos silêncios e pausas preenchem a cena. É preciso, como afirma hooks (2019), reconhecer este lugar de afeto e reaprender diante nas necessidades emocionais de amar. Kilomba (2019), evoca a analogia do silenciamento às diversas máscaras que os escravos foram obrigados a utilizar. Tais máscaras traduzem o campo simbólico não só como proibição de ingerir qualquer alimento nas plantações, como também possuía a função de “implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura” (p. 33).

Nesse sentido, a partir da ida às ruas para a realização do trabalho, algumas formas de intervenção e participação com as mulheres foram sendo construídas como espaço possível de trazer à tona determinados silenciamentos, aliado à escuta e ao acolhimento de inúmeras situações vivenciadas em relação à solidão, violência, discriminações e abandono. Não apenas as escutas individuais, como também as rodas de conversas, com temas diversos trazidos por elas, foram essenciais para que cada uma pudesse, ao seu tempo, entrar em contato com algumas dores e ressignificá-las.

Outro ponto de destaque, em relação aos meios de subjetivação amorosa perceptível na relação das mulheres com os homens em situação de rua, é o modo como elas

⁶ Expressão comumente utilizada que significa pedir (dinheiro, comida, etc.).

se subjugam aos homens, no qual lhes incumbida a decisão de desejar estar com elas ou não. Tal outorga gera nas mulheres sentimentos de disputa, hostilidade e extrema tristeza. E além disso, algumas delas colocam-se em um estágio de extrema vulnerabilidade emocional e auto depreciação por supostamente sentirem-se deixadas em segundo plano pelo companheiro, quando eles por algum motivo estão ausentes. É sempre levantada a hipótese de o homem estar com outra mulher e, apenas a possibilidade da dúvida, já se torna suficiente o bastante para provocar sérios impactos na esfera emocional dessas mulheres.

Inseguranças amorosas podem ser ilustradas por meio de episódios ocorridos no campo, a dinamicidade nos relacionamentos é algo que chama atenção nas ruas. As relações amorosas são voláteis, tanto para iniciar como para interromper um relacionamento, o que gera falta de confiabilidade de boa parte das mulheres em um sucesso duradouro na relação. É muito comum as mulheres verbalizarem que são casadas ou se referirem aos seus parceiros como “meu marido” e quando são indagadas pelo período de tempo que estão com eles, geralmente é em média de 3 a 4 meses. O receio de “perder” o seu companheiro para a outra torna-se um fantasma premente e, por isso, casam-se rapidamente.

Com isso, situações de ciúmes, por exemplo, criam proporções demasiadamente intensas que deixam as mulheres vulnerabilizadas. Para ilustrar, uma das mulheres negras que eu acompanho neste trabalho e com quem já desenvolvi um vínculo de confiança, possui atos sucessivos de recaídas emocionais que se expressam em choro compulsivo, uso excessivo de álcool, desamparo, quando percebe um distanciamento do seu parceiro. O componente racial, por exemplo, foi elencado por ela como um dos primeiros elementos de depreciação e denegação: “Ele está desfazendo de mim só porque eu sou assim (e aponta para a sua pele), só porque eu sou preta” (sic). Nota-se que esse relato chama atenção principalmente para alguns pontos na “prateleira do amor”, onde os homens (brancos e negros) compõem o comitê de júri e as mulheres negras sentem-se completamente fora de alguma posição. Há uma sensação constante de descarte ou de serem caracterizadas como a pior das opções.

Por outro lado, destaca-se também a ideia de rivalidade entre as mulheres, não apenas as que estão em situação de rua, mas algo em comum entre as mulheres heterossexuais no geral, que rivalizam para serem escolhidas entre o homem em disputa. “As mulheres se subjetivam na relação umas com as outras por meio da rivalidade (...). Ser escolhida é sempre um valor relacional, ou seja, produzido na comparação com outras mulheres disponíveis também nessa prateleira simbólica.” (ZANELLO, 2018, p.89).

A mulher subjetivada na função materna

O outro processo de subjetivação das mulheres que Zanello (2018) aponta é o dispositivo materno que vem por meio da naturalização do olhar sobre a mulher de exercer a função do cuidado destinado a outrem. Entretanto nas ruas, situações diversas e adversas são experimentadas pelas mulheres, visto que a violência é uma constante que as atravessa e incide também no significado do que venha a ser nomeado na função materna.

A violência contra as mulheres nas ruas, em relação a sua função materna, emerge de uma série de fatores, seja para a concepção forçada de um filho (decorrente de um estupro), seja pela dor de sentir ter deixado os filhos em virtude da vivência nas ruas, seja pelo fato de ter tido os filhos levados pelo estado (retirada compulsória, adoção, sequestro). Ou seja, há uma predominância de relatos intensos sobre a relação da maternidade (ou ausência dela) com seus descendentes, o que recai sobre as mulheres como um peso, culpa e sofrimento.

Nas rodas de conversa realizadas nos encontros quinzenais exclusivos para mulheres, no Centro Pop, observou-se que assuntos de maternidade são muito mobilizadores e disparadores de emoção. Frequentemente emergem memórias e depoimentos das mulheres, trazendo relatos de suas vivências e dores em relação à maternidade como algo pouco ou quase nunca verbalizado, exigindo do nosso trabalho, como psicólogas, o manejo clínico diante dessas narrativas.

Outro fator disparador do dispositivo materno, bastante recorrente, manifesta-se nas mulheres sobre o desejo de ter filho do atual companheiro “como prova do seu amor a ele”. Contudo, quando esse filho nasce, em alguns momentos, o pai chega até a ser presente, tendo o filho como o “orgulho do papai”, demonstrando que vai protegê-lo ou até “desfila” com o filho nos braços. Poucos meses depois, é comum o abandono da função paterna e dos laços afetivos com a companheira. O que antes era demonstrado como algo de grande interesse em se tornar pai, posteriormente, a efetivação da ideia começa a não se sustentar diante de novas frustrações, ciúmes, situações inusitadas frente a uma nova criança recém chegada à família.

Ao longo deste percurso, certas percepções foram elucidadas a partir das vivências no campo, inclusive como possibilidades de serem desenvolvidas em trabalhos futuros por outras pesquisas. A questão da paternidade, por exemplo, e da expectativa da maternidade revelam lacunas a serem pensadas sobre as trajetórias das pessoas nas ruas. A ausência de suportes e apoios tanto no nível das políticas públicas, quanto no nível mais

particular sobre o aprendizado de dar e receber afeto, podem refletir diretamente no tornar-se mãe e tornar-se pai, sobretudo quando culminam marcadores interseccionais como raça, gênero e classe.

Algumas especificidades se destacam em relação às mulheres negras em situação de rua e a maternidade, que refletem os cânones na representação do que as mulheres de cor foram na historicidade colonialista brasileira. Figuras tais como a mulata (mucama); a doméstica subserviente e a Mãe preta, signo de resignação e passividade, são facilmente associadas a elas. A esses estereótipos de submissão atribuído às mulheres, Zanella (2018) vai mostrar que está fortemente ligado à naturalização de comportamentos que enaltecem a dita propensão dos cuidados e a subordinação das mulheres culturalmente associadas à capacidade de procriar e de exercer a maternagem.

Para aquelas que estão nas ruas, muitas vezes não é sequer permitida a ideia de maternagem, uma vez que são criminalizadas de antemão pela condição em que vivem, ou violentadas no seu direito de cuidar, sem apoio da função paterna dos homens, ou mesmo sem o direito de escolher e vivenciar a sua sexualidade. No entanto, este sujeito pertence a um corpo, que, a todo momento, está subjugado a olhares e pseudo saberes que prejulgam este corpo por meio de comportamentos imperativos e legitimados pelas estruturas de poder estabelecidas desde a era colonial. As histórias pessoais, as experiências de vida antes das ruas e os anseios são desprezados, dando lugar a interpretações rasas e repletas de preconceitos. “... boa parte das mulheres não está na rua por causa da droga, como habitualmente se pensa, elas vão para a rua fugindo das violências que sofrem no ambiente familiar. Provavelmente se tivessem o suporte da família, não estariam hoje”. (MALHEIROS, 2018, p.19).

Aqui vale um ponto de destaque: a violência vivenciada pelas mulheres em situação de rua deixa marcas na pele, cicatrizes e feridas tanto no sentido físico como no sentido emocional e psíquico. Desse modo, em relação ao dispositivo materno, acresce-se o desejo de se manter viva, o desejo de gerar alguém, pois o medo de perder a sua própria vida pela violência ganha outra dimensão ao imaginar a possibilidade de haver uma extensão da sua existência: “A gente quer ter um filho para deixar um legado, deixar alguém para contar a nossa história!”, elas ressaltam.

Por essa razão, evidencia-se que as discussões sobre gênero não podem ser essencializadas ou inscritas pela categoria universalizante de mulher. Enquanto algumas pautas feministas estão lutando pelo aborto legal, nas ruas é notório que um dos mais profundos desejos dessas mulheres em situação de rua é poder criar seus filhos perto de si,

longe da ameaça ou da retirada arbitrária do Estado. Obviamente há que se considerar que inúmeros fatores estão envoltos nesse desígnio, inclusive o dispositivo materno. Contudo, fatos como a “retirada compulsória” de bebês é feita de forma muito mais facilitada pelo Estado quando a mulher está em situação de rua, em estado de vulnerabilidade social e/ou quando é considerada usuária de crack ou outras drogas. A título de exemplo, uma das mulheres em situação de rua, que eu acompanho, estava grávida meses atrás, ela estava muito vulnerabilizada socialmente, havia conflitos constantes entre ela e o marido, o pai da criança. Quando a criança nasceu, ela conseguiu mudar para um abrigo provisório e recebeu doações de fraldas, alimentos, roupas e acessórios de bebê. Posteriormente aos primeiros meses de vida do bebê, ela voltou para as ruas, (o motivo não foi informado, mas havia indícios de ser por não adaptação e discordância das regras da instituição de acolhimento). Conseqüentemente, poucos dias depois ela teve seu bebê retirado compulsoriamente pelo Estado, pelo fato de ser considerada “moradora de rua”.

Na mesma direção, destaca-se que é corriqueiro ouvir dos movimentos feministas, composto pela maioria de mulheres brancas, o bordão “meu corpo, minhas regras”. Ao transpor essa afirmativa para as lentes das ruas, percebe-se uma ausência de sentidos. Observando e escutando as próprias mulheres, o corpo feminino na rua é tudo, menos delas mesmas; salienta-se que, a todo o momento, seus corpos são invadidos, violados e desrespeitados pelos seus companheiros, pelo Estado e pela sociedade de um modo geral.

Todos esses exemplos levam a refletir que nas ruas é possível identificar que algumas convergências de gênero se apresentam, todavia, vale destacar, o cuidado em observar a peculiaridade das lutas e de onde partem os diferentes grupos de mulheres. Enquanto isso, as mulheres negras seguem em busca de ressignificar essa dimensão do cuidado em uma vista do cuidado de si e de se valorizar no que diz respeito às características inerentes de ser mulher e ser negra. Conforme defende hooks (2019), “Para as mulheres negras, nossa luta não tem sido para emergir do silêncio para fala, mas para mudar a natureza e a direção da nossa fala, para fazer uma fala que atraia ouvintes, que seja ouvido”. (p. 33).

Considerações finais

O contexto que estamos atravessando, desde a segunda década do século XXI, nos remete a uma série de reflexões acerca das dimensões políticas, culturais e socioeconômicas. As mudanças bruscas e repentinas no âmbito do poder público brasileiro e seus efeitos

nefastos, no que tange a esfera dos direitos sociais e civis, nos convocam a repensar o cenário hegemônico e quais os eleitos a ocuparem ou serem expulsos do poder.

A presença nas ruas da capital federal, com o olhar e a escuta voltada para as mulheres em situação de rua se mostra como algo imprescindível na atualidade, uma vez que são elas as vozes que refletem realidades em que as mulheres negras se encontram em condições de agravos e ausências. O poder de enunciação advindo delas revela a existência do sujeito, que, muitas vezes é ignorado enquanto ser. Essas vozes precisam ser escutadas e problematizadas no escopo da lógica dominante, de modo a subverter paradigmas, eliminando as hierarquias existentes de quem está e de quem não está autorizado a falar.

A partir dos encontros ocorridos por meio das rodas de conversa com as mulheres, foi possível perceber o reconhecimento de umas com as outras, como um enlace de pessoas que vivenciam situações semelhantes e sentimentos comumente partilhados. Em vários momentos, revelaram-se forças do grupo como potência de união, ajuda mútua e ressignificação das situações de violência. Os relatos trazidos pelas mulheres e os diálogos estabelecidos nas rodas puderam reverberar na identificação de elementos comuns que elas possuem, tais como a relação com parceiros na rua, a questão da maternidade, as violências institucionais, a relação com os familiares. E, conseqüentemente, por meio da escuta qualificada e das intervenções coletivas foi possível elucidar caminhos e traçar saídas para as situações adversas.

Paralelo ao trabalho de observação participante e à atuação desenvolvida em grupo, a acolhida psicológica individual também foi essencial para buscar compreender a história de vida dessas mulheres em situação de rua, bem como fornecer suporte e apoio às vivências cotidianas relatadas por elas. Diante de todo o trabalho realizado, pode-se constatar que os vínculos de confiança foram sendo construídos, fruto das idas a campo sempre pautadas no respeito, na confidencialidade e no retorno da pesquisa como algo potencializador para elas.

Assim como apontaram várias intelectuais negras mencionadas neste trabalho, é preciso erguer a voz e trazer à tona os sentimentos, até para que possam se tornar conhecidos pelas próprias mulheres, partilhados e, daí então, vistos como possibilidade de elaboração. Por outro lado, as lutas feministas precisam resgatar bandeiras coletivas de erradicar a opressão e a exploração em relação as mulheres, bem como olhar para as interseccionalidades que as atravessam e os lugares de acessos e privilégios que cada grupo consegue transitar.

Ademais, considera-se preponderante a crítica em relação à universalidade do que a categoria mulher apresenta, visto que o agrupamento de uma gama de significados em torno

de um único conceito acaba, por sua vez, legitimando apenas aquelas que alcançam certa base de poder. Com isso, a invisibilidade da mulher negra, e mais ainda, da mulher negra pobre acaba sendo legitimada em um universo homogêneo do feminismo. “Se não nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível.” (RIBEIRO, 2017, p. 41).

Esta primeira parte da pesquisa do doutorado revela o instigante e desafiante caminho que há pela frente, posteriormente serão construídos novos percursos de atuação junto às mulheres em situação de rua. Obviamente que a complexidade das ruas não se esgotará, mas chama-se aqui a atenção de olhar para essas mulheres que tanto têm para nos ensinar e para nos fazer repensar o que queremos construir e com quem.

Por isso a necessidade de a pesquisa-ação se pautar no âmbito da justiça social e da reivindicação desse lugar racializado e gendrado, marcado muitas vezes por situações de violência, silenciamento e opressão. Sendo assim, o compromisso social, aqui elencado, subjaz não só a partilha de conhecimentos perante o contexto social das ruas, como também abre possibilidades de construir um caminho possível de ressignificação dos sujeitos que incite a descolonização dos pensamentos.

Desta forma, propiciar meios de falas, escutas e trocas entre as mulheres; nomear as formas pelas quais elas são interpeladas em seus modos de subjetivação; conceber a luta de diferentes segmentos de mulheres como algo não individual, mas sim coletivo e político são meios para que se possa alcançar patamares de humanidade mais justos e equitativos em uma perspectiva anti-hegemônica e antirracista.

Referências bibliográficas

- BAPTISTA, Isildinha. Tese de doutorado. *Significações do corpo negro*, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL. *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Sumário Executivo. Brasília, DF: MDS, SAGI, 2008.
- BRASIL. *População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam*. Monitoramento SAGI: Série relatos de caso. Brasília, DF, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Tese (doutorado) em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2008.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, 1988, v. 9, p. 133-141.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS, 1983, n. 2, p. 223-244.
- HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- KILOMBA, Grada. A máscara In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2ª Edição. Tradução: Jéssica Oliveira de Jesus, 2010.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Iedicao, Rio de janeiro: Cobogó, 2019.
- MALHEIROS, Luana. *Tornar-se mulher usuária de crack: trajetórias de vida, cultura de uso e política sobre drogas no centro de Salvador, Bahia* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 2018.
- NATALINO, Marco Antonio. *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Editora: Letramento, .2017

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. *Metodologia de pesquisa*. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Alessandro de Oliveira; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro Sobre Relações Étnico-Raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32 (num. esp.), 166-175, 2012.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1986.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Translated of the Lólio Lourenço de Oliveira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, 2005, p. 443-466, set./dez.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: culturas e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska. Violência de gênero contra as mulheres e saúde mental: psiquiatrização, silenciamento e invisibilidades. In: W. Pasinato, B. A. Machado & T. P. Ávila (Orgs.), *Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher* (pp. 135- 158). São Paulo: Marcial Pons; Brasília: Fundação Escola, 2019.

Título do trabalho: **Processos de subjetivação de mulheres negras em situação de rua: perspectivas interseccionais e antirracistas**

Título em inglês: **Subjectivation processes of homeless black women: intersectional and anti-racist perspectives**

Autora: Ana Luísa Coelho Moreira - CPF: 014.083.686-17

Titulação: Psicóloga. Doutoranda no Programa de Pós-graduação de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília – UNB

Endereço: SQS 112, bloco F, apto 201. Cep: 70375-060 – Brasília/DF

Email: analuisacm.psi@gmail.com

Celular: (61) 98603-3785

Autorizo a publicação do artigo, pela Associação Visibilidade Feminina e Editora D'Plácido, com cessão de direitos autorais, menção de autoria e sem custos adicionais para a autora.

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Por este instrumento, eu Ana Luísa Coelho Moreira, nacionalidade brasileira, CPF: 014.083.686-17, CEDO, nos termos da Lei 9.610/98, os direitos autorais patrimoniais do artigo indicado abaixo, à Associação Visibilidade Feminina. Título: ***Processos de subjetivação de mulheres negras em situação de rua: perspectivas interseccionais e antirracistas.***

Declaro que o conteúdo da obra cedida é de minha autoria, em colaboração com os co-autores acima mencionados, da qual assumo qualquer responsabilidade moral e/ou material em virtude de possível impugnação da obra por parte de terceiros.

Brasília/DF, 15 de dezembro de 2019

Ana Luísa Coelho Moreira
Endereço: SQS 112, bloco F, apto 201. Cep: 70375-060 – Brasília/DF
Email: analuisacm.psi@gmail.com
Celular: (61) 98603-3785